



Ciclus Ambiental Rio S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente





Relatório da Administração

Destaques Operacionais e Financeiros

As informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados das operações continuadas da Ciclus Ambiental Rio S.A.

Ciclus Ambiental Rio S.A apresenta EBITDA de R\$ 157.883 mil em 2024.

- **Receita Líquida Total** atinge R\$ 456.274 mil no acumulado do ano, crescimento de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- **Lucro Bruto** de R\$ 147.490 mil no acumulado no ano, crescimento de 40,9% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- **Endividamento líquido** total de R\$ 779.896 mil no acumulado no ano, com prazo médio de 6 anos, redução de 11,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.
- **CAPEX Bruto** realizado no ano de R\$ 86.962 mil, com destaque para a implantação de novas células para disposição de resíduos sólidos e suas respectivas infraestruturas e implantação de novas lagoas de chorume.



Mensagem da Administração

Encerramos 2024 com crescimento de 9,6% na Receita Bruta Total, atingindo R\$ 534.866 mil.

Finalizamos o período com a margem EBITDA Total sobre a receita líquida de serviços de 34,6%, demonstrando nossa capacidade de geração de caixa, rentabilidade e previsibilidade em contrato de longo prazo.

A Ciclus Ambiental Rio S.A. ("Ciclus") detém a Concessão de Gestão de Resíduos do Município do Rio de Janeiro, que inclui a logística, tratamento e destino final de todos os resíduos sólidos urbanos gerados na cidade do Rio de Janeiro. No seu escopo está a implantação e operação de 5 (cinco) Estações de Transferência (ETRs), um Centro de Tratamento de Resíduos (CTR-Rio) e o transporte dos resíduos das ETRs à CTR-Rio.

As operações foram iniciadas em abril de 2011, com a inauguração do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos do Município do Rio de Janeiro, o "CTR Rio", empreendimento que esteve por oito anos em processo de licenciamento e viabilizou o encerramento de aterros controlados, como de Gramacho e Gericinó, além de outros dois lixões localizados em Seropédica e Itaguaí.

O empreendimento é considerado referência no Brasil, adotando a tecnologia mais segura para a disposição ambientalmente correta de resíduos em aterro sanitário do país. Possui 3 camadas de impermeabilização de base e sensores conectados a um sistema de detecção de vazamentos. Demonstrando o engajamento com o meio ambiente, o projeto ambiental foi planejado e executado para garantir que o solo, a água e o ar não fossem contaminados, e possui tecnologia de ponta, sendo um dos centros de tratamento mais avançados de todo o mundo.

Desde sua inauguração, o CTR Rio vem operando sem qualquer descontinuidade, dada a sua responsabilidade como instrumento de utilidade pública e com a respeitada reputação ambiental perante os órgãos fiscalizadores e de controle, construída ao longo da atividade.

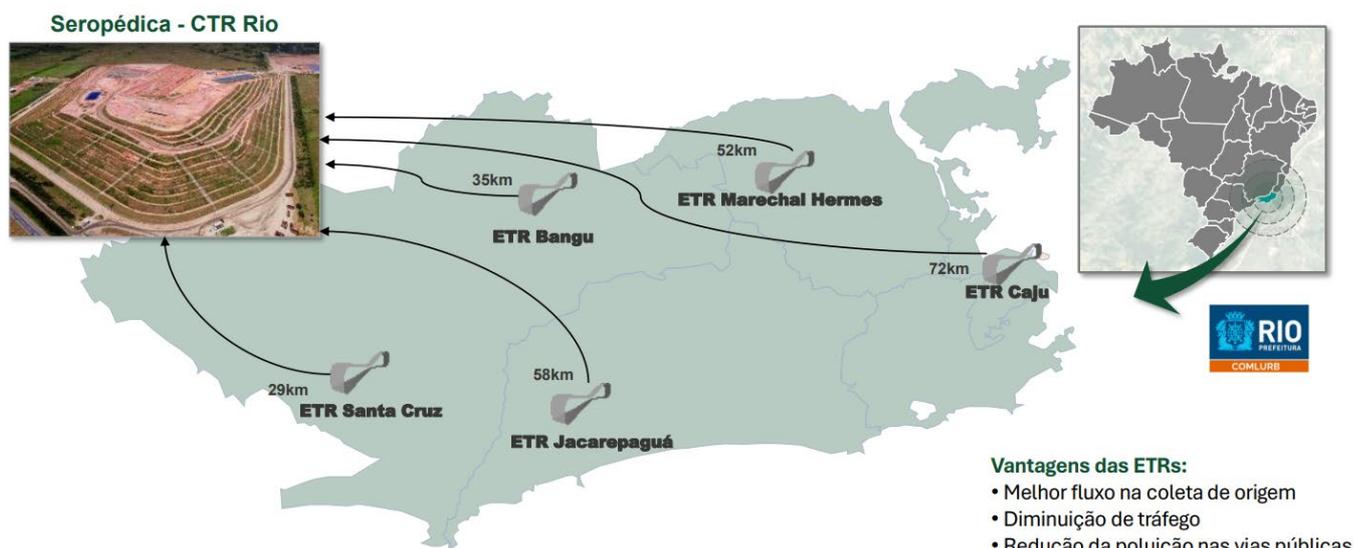
A Ciclus implantou e opera o CTR Rio, que inclui um Aterro Sanitário Bioenergético que recebe cerca de 10.000 ton/dia, por 24 horas, 7 dias por semana, Unidades de Tratamento de Chorume com 2.000 m³/dia de capacidade e planta de aproveitamento energético de biogás com 20.000 m³/h de capacidade instalada. O aterro sanitário do CTR é destaque por sua tripla camada de impermeabilização, somada ao sistema de detecção de vazamentos que lhe permite avaliar a integridade de sua impermeabilização, certificando, desta forma, que nunca houve registros de vazamentos, ou sequer indícios de prejuízos causados na integridade do sistema de impermeabilização.

Não existe sistema similar implantado em todo o Brasil, o que é motivo de grande destaque tecnológico do empreendimento.



A empresa também desenvolveu um projeto de geração de Créditos de Carbono de grande relevância, onde através do aproveitamento energético do biogás, reduz a emissão de cerca de 1 milhão de toneladas de CO2 para a atmosfera por ano. Sendo que o aterro sanitário da Ciclus-Rio é o maior produtor de biogás do Brasil, representando quase 10% de todo o biogás captado no país.

Além do CTR-Rio, a Ciclus operara 5 Estações de Transferência na Cidade do Rio de Janeiro, sendo também responsável por todo o transporte do RSU (resíduo sólido urbano) das Estações de Transferência até o CTR-Rio. E isto representa uma movimentação de cerca de 450 viagens de carretas de RSU, ao longo de 24h/dia.



A Ciclus, além de tratar os resíduos da cidade do Rio de Janeiro e de municípios da Região Metropolitana, ainda produz biometano, energia e água de reuso a partir dos resíduos gerados pela população, transformando passivos ambientais em ativos para a sociedade.

Também destacamos o nosso Programa de Integridade, com as seguintes iniciativas:

• **Código de Ética e Conduta:** O Código de Ética e Conduta da CICLUS foi aprovado pelo Comitê de Ética na sua elaboração que ocorreu no início de 2020. O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os administradores, colaboradores, empregados, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros. O Código de Ética e Conduta reflete os valores e orienta as condutas no âmbito da Ciclus. É composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Ética e Conduta incluem, sem limitação: (i) prevenção à corrupção e ao suborno; (ii) relações com terceiros; (iii) relações com a administração pública (iv) doações, patrocínios, brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade; (v) relações internas; (vi) conflito de interesses; (vii) relações com concorrentes e infrações à ordem econômica; (viii) sigilo das informações; (ix) prevenção a lavagem de bens e capitais; (x) política de *know your customer* e cadastro; (xi)



responsabilidade social; (xii) responsabilidade com o meio ambiente; (xiii) ambiente de trabalho e equipamentos; (xiv) tecnologia da informação; e (xv) canal de denúncia.

• **Política Anticorrupção:** Esta Política Anticorrupção tem como objetivo estabelecer os princípios de combate à corrupção no relacionamento da Ciclus e de seus Colaboradores com os agentes da Administração Pública, seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei no 12.846/13 ("Lei Anticorrupção") e demais normas aplicáveis aos negócios da Ciclus. Se aplica à Ciclus e a todos seus Colaboradores, incluindo membros da alta administração e, em sua medida, a clientes, fornecedores e prestadores de serviço e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem juntamente com a Ciclus no âmbito comercial, administrativo ou judicial perante a Administração Pública.

• **Política para Contratação de Terceiros:** Esta Política de Contratação de Terceiros tem por objetivo estabelecer as diretrizes, padrões e procedimentos da Ciclus em relação à contratação de potenciais fornecedores, subcontratados, representantes legais, prestadores de serviço e demais Terceiros. É destinada a todos os Colaboradores e Administradores da Ciclus responsáveis pela contratação de Terceiros. Em hipótese nenhuma os abrangidos por esta Política têm ou terão autorização para descumpri-la, direta ou indiretamente, mediante o uso de quaisquer terceiros.

• **Política de Gratuidades:** A Política de Gratuidades busca orientar todos os Colaboradores no que se refere à entrega e recebimento de brindes e/ou presentes, bem como a concessão de patrocínio, doações, hospitalidade e outros tipos de gratuidades, independentemente de seus cargos, atribuições ou responsabilidades, seja com o Poder Público ou com agentes privados. Esta Política se aplica à Ciclus e todos seus Colaboradores, incluindo membros da alta administração e, em sua medida, clientes, fornecedores e prestadores de serviço e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem juntamente com a Ciclus.

Agradecemos pelo trabalho dos nossos 358 colaboradores que contribuíram na entrega dos resultados do exercício de 2024 e pela confiança dos nossos clientes, fornecedores e instituições financeiras.

Continuaremos nos diferenciando pelas nossas práticas de Governança, Conformidade e Transparência e direcionando nosso crescimento com o foco na valorização dos resíduos sólidos urbanos através da reciclagem e da geração de energia, onde acreditamos no potencial de crescimento com rentabilidade e previsibilidade, contribuindo também para a eficiência dos serviços públicos no Brasil.

Bruno Francisco Muehlbauer

Diretor Presidente da Ciclus Ambiental Rio S.A.



1. Principais destaques financeiros:

1.1) Consolidado das operações continuadas (acumulado):

Ciclus (R\$ mil) - DRE	2023	2024	▲ A/A
Receita Bruta	488.175	534.866	9,6%
(-) Deduções da Receita	(70.987)	(78.592)	10,7%
(=) Receita Líquida	417.188	456.274	9,4%
Receita Líquida de Vendas e prestação de serviços	417.188	456.274	9,4%
(-) Custos Totais	(312.522)	(308.784)	-1,2%
Custo de Serviços	(312.522)	(308.784)	-1,2%
(=) Lucro Bruto	104.666	147.490	40,9%
<i>Margem Bruta</i>	<i>25,1%</i>	<i>32,3%</i>	7,2%
(-) Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	(24.728)	(19.200)	-22,4%
Despesas Administrativas e Comerciais	(26.128)	(21.953)	-16,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1.400	2.753	96,6%
EBIT	79.938	128.290	60,5%
<i>Margem EBIT</i>	<i>19,2%</i>	<i>28,1%</i>	9% p.p
<i>Margem EBIT s/ receita líquida de serviços</i>	<i>19,2%</i>	<i>28,1%</i>	9% p.p
(+/-) Resultado Financeiro	(121.728)	(116.929)	-3,9%
Receitas Financeiras	51.299	26.352	-48,6%
Despesas Financeiras	(173.027)	(143.281)	-17,2%
(=) Lucro antes dos impostos	-41.790	11.361	-127,2%
Impostos e contribuições sobre o lucro	15.022	(3.542)	-123,6%
(=) Lucro líquido	-26.768	7.819	-129,2%
<i>Margem Líquida Total</i>	<i>-6,4%</i>	<i>1,7%</i>	8,1% p.p
EBITDA	110.431	157.883	43,0%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>26,5%</i>	<i>34,6%</i>	8,1% p.p
<i>Margem EBITDA s/ receita líquida de serviços</i>	<i>26,5%</i>	<i>34,6%</i>	8,1% p.p

Reconciliação do EBITDA	2023	2024
Lucro líquido	(26.768)	7.819
Resultado Financeiro	121.728	116.929
IR e Contribuição Social	(15.022)	3.542
Depreciação e amortização	30.493	29.593
EBITDA	110.431	157.883



No exercício de 2024, a Receita Bruta da Ciclus Ambiental Rio S.A totalizou R\$ 534.866 mil, crescimento de 9,6% em relação ao mesmo período de 2023. A Receita Líquida atingiu R\$ 456.274 mil, crescimento de 9,4% em relação ao mesmo período.

O EBITDA Total somou R\$ 157.833 mil em 2024, crescimento de 43% em relação ao mesmo período de 2023, com margem EBITDA sobre a receita líquida de serviços de 34,6%, afetado em grande parte pelo aumento da receita proveniente da concessão, em razão do reequilíbrio contratual e da venda do gás bioquímico.

O Lucro Líquido de R\$ 7.819 mil em 2024, com margem líquida de 1,7%, aumento de 8,1 p.p. em relação à margem líquida do mesmo período de 2023, impactada principalmente pelo aumento da receita líquida, crescimento este relacionado ao reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão com a COMLURB e o reajuste contratual realizado na operação de venda de gás bioquímico.

2. Investimentos

Em 2024 o CAPEX Bruto totalizou R\$ 86.962 mil, os principais investimentos foram aplicados em novas células para disposição de resíduos sólidos, construção de novas lagoas de chorume e obras de infraestrutura operacional

3. Estrutura de capital

A Ciclus Ambiental Rio S.A, reestruturou sua dívida através do alongamento, reduzindo as parcelas de curto prazo em 34%, levando seu endividamento total para o prazo médio de 6 anos. A Companhia busca constantemente medidas para aperfeiçoar a geração de caixa e tem avaliado medidas para reduzir custos e despesas operacionais.

Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez da nossa estrutura de capital mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios.

4. Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No período findo em 31 de dezembro de 2024, a PwC prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras e não houve outros serviços prestados que pudessem representar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.



5. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Conselho de Administração

Fernando Antônio Simões

Presidente

Denys Marc Ferrez

Conselheiro

Antônio da Silva Barreto Junior

Conselheiro

Diretoria Executiva

Bruno Francisco Muehlbauer

Diretor Presidente

Rodrigo Pinheiro Andrade

Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores

Rafael Botelho Silveira

Diretor

Ciclus Ambiental Rio S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ciclus Ambiental Rio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ciclus Ambiental Rio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

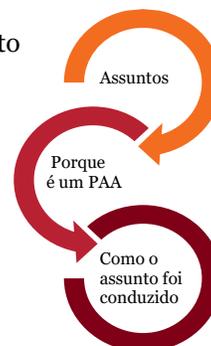
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Ciclus Ambiental Rio S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Depreciação de ativos vinculados ao aterro sanitário (Notas 3.5 e 10)

A Companhia possui ativos imobilizados em serviço no montante de R\$ 367.965 mil, líquido de depreciação acumulada, referente às unidades do sistema de drenagem do aterro sanitário (denominadas "células"). A Companhia atualiza as estimativas utilizadas para calcular a taxa de depreciação do aterro ao menos anualmente, ou mais frequentemente se houver novos fatos significativos.

A depreciação das células é calculada com base na relação entre as unidades de resíduos depositados em comparação à capacidade total estimada do aterro sanitário e essa relação é aplicada sobre o custo depreciável das células. O custo depreciável compreende (i) o custo do ativo já incorrido e capitalizado; (ii) custos de desenvolvimento futuros requeridos para o aterro sanitário até a sua capacidade total estimada; menos (iii) o valor residual do ativo, suportado pela perspectiva de geração de biogás durante determinado prazo após o encerramento do aterro.

Em decorrência da complexidade e da subjetividade das premissas utilizadas nas projeções efetuadas pela administração e, conseqüentemente, na determinação da taxa de depreciação, e em função da relevância dos ativos relacionados às células, consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria.

Nossa abordagem incluiu os seguintes procedimentos: (i) entendimento e avaliação do processo e dos controles da Companhia para avaliar e atualizar as premissas significativas usadas na apuração da taxa de depreciação do aterro sanitário pelo método da unidade depositada; (ii) obtenção dos laudos dos especialistas externos da administração que determinaram a capacidade total estimada de depósito de resíduos no aterro sanitário; (iii) avaliação da competência, qualificação e objetividade dos especialistas externos da administração envolvidos na elaboração de determinadas premissas utilizadas no cálculo da depreciação, como a capacidade estimada total e vida útil do aterro sanitário e a estimativa de geração de biogás; (iv) recálculo de depreciação considerando o método de unidade depositada; (v) avaliação da composição da projeção dos gastos capitalizáveis requeridos para desenvolvimento do aterro sanitário até a sua capacidade total estimada; (vi) teste do valor residual do ativo por meio de recálculo; e (vii) avaliação da confiabilidade das informações utilizadas nas projeções e nos cálculos da depreciação.

Por fim, realizamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para mensurar a depreciação são razoáveis e consistentes com as informações e os documentos apresentados.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação



Ciclus Ambiental Rio S.A.

suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia



Ciclus Ambiental Rio S.A.

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Ciclus Ambiental Rio S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2025

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Valter Vieira de Aquino Junior', is written over the printed name.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Valter Vieira de Aquino Junior
Signed By: Valter Vieira de Aquino Junior 20250308090
CPF: 20332009890
Signed Time: 27 de março de 2025 18:00 BRT
© ICP-Brasil. Org. Certificadora Digital PP A1
C: BR
Issuer: AC SiqueiraID M&B&S
ICP-Brasil

Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0

**Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo			
Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	18.433	1.142
Títulos e valores mobiliários	5.2	32.978	18.946
Contas a receber de clientes	6	133.158	193.484
Contas a receber - parte relacionada	16	200	-
Créditos diversos		1.227	984
Estoques	8	19.897	17.030
Tributos a recuperar	9	8.285	25.096
		214.178	256.682
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5.2	-	8.233
Instrumento financeiro derivativo	15.5	-	26.940
Contas a receber de clientes	6	170.985	222.009
Tributos a recuperar	9	2.196	3.471
Crédito de carbono	7	1.853	1.900
Depósitos judiciais	19	943	554
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	44.968	47.017
		220.945	310.124
Imobilizado	10	636.544	579.752
Intangível	11	13.965	15.254
		871.454	905.130
Total do ativo		1.085.632	1.161.812

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo			
Circulante	Nota	31/12/2024	31/12/2023
			Reapresentado
Fornecedores e outras contas a pagar	12	15.981	35.041
Empréstimos e financiamentos	15	4.172	29.114
Debêntures	15	16.009	14.399
Obrigações trabalhistas		2.780	5.688
Obrigações tributárias	13	21.780	25.239
Dividendos a pagar	20.2	585	585
Adiantamento de clientes		210	36
Arrendamento por direito de uso	17	1.886	815
Contas a pagar - Partes relacionadas	16	15.180	10.635
		78.583	121.552
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	250.000	310.000
Debêntures	15	543.013	583.020
Instrumento financeiro derivativo	15.5	18.113	-
Fornecedores e outras contas a pagar	12	53.122	2.025
Obrigações tributárias	13	20.134	27.832
Provisão para riscos e demandas judiciais	19	442	684
Arrendamento por direito de uso	17	10.412	9.411
Aterro sanitário – custo de encerramento	14	9.027	12.321
		904.263	945.293
Total do passivo		982.846	1.066.845
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	110.000	110.000
Prejuízos acumulados		(7.214)	(15.033)
Total do patrimônio líquido		102.786	94.967
Total do passivo e patrimônio líquido		1.085.632	1.161.812

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	21	456.274	417.188
Custo dos serviços prestados	22	(308.784)	(312.522)
Lucro bruto		147.490	104.666
Despesas gerais e administrativas	23	(21.953)	(26.128)
Outras receitas operacionais		2.753	1.400
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		128.290	79.938
Despesas financeiras	24	(143.281)	(173.027)
Receitas financeiras	24	26.352	51.299
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		11.361	(41.790)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18.1	(1.493)	(174)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.1	(2.049)	15.196
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		7.819	(26.768)
Lucro líquido (Prejuízo) por ação (em reais)	26	0,13	(0,45)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do resultado abrangente
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.819	(26.768)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	7.819	(26.768)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido total
		Reserva de Investimentos	Reserva legal		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	110.000	11.119	616	-	121.735
Prejuízo do exercício	-	-	-	(26.768)	(26.768)
Reserva Legal	-	-	(616)	616	-
Reserva Investimento	-	(11.119)	-	11.119	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	110.000	-	-	(15.033)	94.967
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.819	7.819
Saldos em 31 de dezembro de 2024	110.000	-	-	(7.214)	102.786

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental Rio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		11.361	(41.790)
Despesas/ (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Depreciações	10	30.170	33.533
Amortização	11	1.289	1.279
Variações cambiais e monetárias de empréstimos, financiamentos e créditos de carbono	15	16.977	(1.214)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	15/17/24	75.871	97.646
Reconhecimento juros reequilíbrio	24	(14.831)	-
Despesas com aval debêntures	24	2.598	-
Provisão (reversão) para riscos e demandas judiciais	19.1	(242)	445
Perdas esperadas do contas a receber	6.2	-	13
Atualização monetária sobre aterro sanitário	14	869	1.206
Mudança de estimativa ARO	14	(2.708)	(33)
Baixa Imobilizado	10	311	798
Descontos e abatimentos de acordo reequilíbrio		-	14.528
Aumento/redução de ativos			
Contas a receber de clientes		126.182	(78.897)
Contas a receber – parte relacionada		(200)	-
Créditos diversos		(196)	987
Estoques – almoxarifado		(2.867)	(10.116)
Tributos a recuperar		18.086	(14.556)
Depósitos judiciais		(389)	(107)
Aumento/redução de passivos			
Fornecedores e contas a pagar		32.037	9.316
Contas a pagar - partes relacionadas		1.947	(5.844)
Adiantamentos de clientes		174	(43)
Obrigações trabalhistas e tributárias		(14.065)	12.764
Fluxo de caixa gerado nas operações		282.374	19.915
Juros pagos	15	(91.916)	(110.240)
Juros pagos de arrendamento	17	(991)	(17)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.493)	(174)
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) das atividades operacionais		187.974	(90.516)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acréscimo do imobilizado	10	(85.752)	(108.706)
Acréscimo do intangível	11	-	(57)
Títulos e valores mobiliários		(5.799)	48.611
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(91.551)	(60.152)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Ingressos de empréstimos e financiamentos	15	58.000	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(136.228)	(127.907)
Amortização de arrendamento	17	(904)	(2.454)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(79.132)	(130.361)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		17.291	(281.029)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		1.142	282.171
No final do exercício		18.433	1.142
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		17.291	(281.029)
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa			
Adições de arrendamentos por direito de uso	17	2.976	7.912
Varição no custo de encerramento do aterro sanitário	14	(1.455)	1.455

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciclus Ambiental Rio S.A.

Demonstrações do valor adicionado para exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receita de serviços prestados	21	462.729	428.789
Receita de comercialização de biogás	21	71.420	59.286
Receita de créditos de carbono	21	717	100
Receitas relativas à construção de ativos próprios		65.106	88.518
Outras receitas operacionais		2.753	1.400
		602.725	578.093
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos com fretes, combustível, aluguel de equipamentos e despesas com tratamento do chorume		(254.659)	(267.127)
Consultorias e seguros		(68.940)	(87.210)
Manutenção, peças, viagens, comunicações e outros	22	(3.628)	(4.053)
Outros	22	(1.750)	(4.765)
		(328.976)	(363.155)
Valor adicionado bruto		273.748	214.938
Retenções			
Depreciação e amortização	22/23	(29.593)	(30.493)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		244.155	180.414
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	26.352	51.299
Outras despesas operacionais		-	(16)
Variações no capital circulante líquido operacional		26.352	51.283
Valor adicionado total a distribuir		270.507	235.728
Distribuição do valor adicionado			
Remuneração direta		25.055	23.027
Benefícios		4.985	5.050
FGTS		1.148	1.069
Tributos federais		52.702	28.660
Tributos estaduais		8.941	7.023
Tributos municipais		23.137	21.440
Juros, variação cambial e despesas bancárias	24	143.281	173.027
Aluguéis	22/23	3.439	3.200
Lucros retidos (Prejuízo do exercício)		7.819	(26.768)
Valor total distribuído		270.507	235.728

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia e contexto operacional

1.1. Informações sobre a Companhia

A Ciclus Ambiental Rio S.A. (“Companhia” ou “Ciclus”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Avenida Brasil, 20.731, Coelho Neto, Rio de Janeiro.

A principal operação da Companhia consiste da implantação e gestão do aterro sanitário, que inclui:

- (a) implantação e operação do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos (“CTR-Rio”) recebimento de resíduos não perigosos pelas Estações de Tratamento de Resíduos (“ETR”) e a transferência de tais resíduos entre elas e o CTR-Rio;
- (b) captar, tratar e comercializar o biogás gerado a partir da decomposição dos resíduos;
- (c) gerar e comercializar energia através do biogás e da incineração dos resíduos recebidos;
- (d) serviços de tratamento de chorume resultante da decomposição e tratamento dos resíduos recebidos;
- (e) instalação e operação de aterro sanitário industrial;
- (f) implantação de sistemas de valorização e minimização de resíduos;
- (g) tratamento, nas instalações do CTR-Rio, de esgoto sanitário próprio e de terceiros;
- (h) produção e comercialização de água de reuso;
- (i) produção e venda de subprodutos oriundos dos resíduos; e
- (j) produzir e comercializar os créditos de carbono;

1.2. Principais Contratos de prestação de serviços

Companhia Municipal de Limpeza Urbana - Comlurb

A Companhia opera contrato de concessão dos serviços de implantação e operação do centro de tratamento para resíduos sólidos urbanos do Município do Rio de Janeiro – CTR RIO, com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (“Comlurb”), firmado em 21 de agosto de 2003, com vigência de 180 meses (15 anos), a contar da data da emissão da licença de operação, em abril de 2011.

A operação inclui a construção do CTR-Rio no município de Seropédica, composto por quatro células de aterro sanitário (AS1, AS2, AS3 e AS4). A primeira célula (AS1) entrou em operação em abril de 2011.

Em 21 de dezembro de 2023, foi firmado termo aditivo ao contrato de prestação de serviços por meio do qual o valor mensal da remuneração decorrente do Contrato de Concessão passou a ser de R\$ 36.299 e houve a extensão do prazo de vigência do Contrato de Concessão em 10 anos, de modo que ele vigorará até 18 de abril de 2036.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atualmente, o empreendimento tem capacidade para receber resíduos industriais não perigosos e resíduos sólidos urbanos por mais 20 anos, em consonância com o prazo total do contrato.

O contrato de prestação de serviços com a Comlurb poderá ser rescindido nos casos previstos nas leis federais 8.666/93, 8.987/95 e suas alterações.

Demais contratos com prefeituras

Adicionalmente ao contrato firmado com a Comlurb, a Companhia mantém contratos para recebimento, aterro e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Mangaratiba, Miguel Pereira e Piraí, além de contratos privados mantidos com indústrias da região do Polo Industrial de Santa Cruz.

Abaixo foram listadas as principais informações dos demais contratos de prestação de serviços que a Companhia mantinha com outras prefeituras em 31 de dezembro de 2024:

Cliente	Início do Contrato	Vigência
Prefeitura Municipal de Mangaratiba	30/04/2020	30/04/2020 a 29/04/2025
Prefeitura de Itaguaí	01/06/2020	01/06/2020 a 19/06/2025
IR Novatec (Pref. Miguel Pereira)	29/09/2015	Indeterminado
RMY Serviços (Pref. Piraí)	03/01/2023	Indeterminado

Biogás e Energia

A Companhia tem projetos de aproveitamento energético de biogás gerado pelo aterro e tratamento dos resíduos, registrados na *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), que é um subprojeto do Programa de Atividades da Caixa Econômica Federal (Nota 7).

A Companhia faz a comercialização de parte do biogás gerado e com outra parte faz a geração e comercialização de energia elétrica. Se houver excedente do biogás gerado no aterro sanitário do CTR- Rio, é realizada a queima em *flare* (sistema de segurança das tubulações). Em todos os casos, serão gerados créditos de carbono. Estima-se a geração de biogás até 2064.

No dia 04 de outubro de 2024 foi firmado o terceiro termo aditivo contratual com a Gás Verde S.A, ampliando o prazo de vigência contratual para dezembro de 2050, alterando o valor do preço unitário, e prevendo a venda com exclusividade da totalidade do gás bioquímico produzido pelo aterro, na condição “take or pay”.

No acumulado anual de 2024, o valor do faturamento oriundo desse negócio foi de R\$ 70.055 (R\$ 58.529 no acumulado anual em 2023).

Cliente	Início do Contrato	Vigência
Gás Verde	03/2017	03/2017 a 12/2050

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Concentração de receita e liquidez financeira

O contrato mantido com a Comlurb, mencionado na nota explicativa nº 1.2, representa aproximadamente 82% da receita total da Companhia (2023 – 82%).

O plano de negócios da Companhia considera a diversificação das suas receitas e elevação dos seus resultados. Esse plano inclui a comercialização de subprodutos gerados pela unidade de tratamento de resíduos, tais como a comercialização de água de reuso; tratamento de esgoto, comercialização do biogás e a geração de energia.

Com base nas projeções elaboradas em estimativas conservadoras, em linha com as práticas de mercado, com a capacidade do aterro e com a natureza do empreendimento de longo prazo, a Companhia conclui que se manterá operacional até 2061. A Companhia possui potencial para produzir benefícios econômicos futuros que serão capazes de liquidar todos os seus compromissos assumidos tanto dos investimentos necessários para manutenção do ativo quanto para liquidar suas obrigações de longo prazo.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas assumindo que a Companhia terá continuidade normal das operações e, desta forma, não inclui ajuste de realização e classificação de ativos e passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação.

1.4. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 27 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com o apoio em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas em sua preparação são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, considerando o julgamento da Administração e com apoio dos seus consultores externos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, bem como provisão para custos futuros de encerramento do aterro sanitário.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.1 Reapresentação das cifras comparativas

Em 2024, foi identificado ajuste nas cifras comparativas, relacionado à retificação de erro na classificação de obrigações tributárias, no montante de R\$ 53.071, dos quais R\$ 27.832 se referem aos impostos incidentes sobre a parcela de contas a receber de longo prazo e, portanto, deveriam ter sido classificadas como passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023. A referida correção afetou o passivo circulante e o passivo não circulante de 31 de dezembro de 2023 no mesmo valor. Não houve impactos no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2023, bem como nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	31/12/2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Obrigações tributárias	53.071	(27.832)	25.239
Total Passivo Circulante	149.384	(27.832)	121.552
	31/12/2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Não circulante			
Obrigações tributárias	-	27.832	27.832
Total Passivo Não Circulante	917.461	27.832	945.293
Total do Passivo	1.066.845	-	1.066.845
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.161.812	-	1.161.812

2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.5. Mensuração de valor

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

2.6. Normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Essa alteração não teve impacto material para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Essa alteração não teve impacto material para a Companhia.

Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

Essa alteração não teve impacto material para a Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1. Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios e/ou períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, e que seja mantido para cumprimento de suas obrigações operacionais imediatas.

3.3. Contas a receber

Um recebível representa o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, é necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

3.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques.

3.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação das células, unidades do sistema de drenagem do aterro sanitário, é feita com critério baseado em unidade depositada, ocupação da capacidade total. Adicionalmente, o valor a depreciar depende do saldo de entradas de fluxo de caixa líquido dos custos, no período posterior à ocupação total das células, que ainda irá gerar chorume e biogás. Esse fluxo de caixa é abatido do saldo do ativo imobilizado respectivo, para que o saldo líquido seja depreciado durante o prazo de operação do aterro. Vide maiores detalhes na nota 10 "Imobilizado".

Para os demais itens do ativo imobilizado, a depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para adiantamento a fornecedores). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade em anos
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em propriedades de terceiros (ii)	10
Edificações (i)	25
Células (i)	-
Instalações	10

- (i) As edificações e as células são próprias e foram construídas dentro de próprio terreno no CTR.
- (ii) As benfeitorias realizadas na implantação das ETRS são depreciadas conforme o prazo do contrato de concessão com a Comlurb.

3.6. Intangível

a) Licença de operação

As licenças de operação são amortizadas e registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua operação são reconhecidas como despesas quando incorridas.

Para que a Companhia pudesse implantar e operar o CTR-Rio no município de Seropédica, certas condicionantes foram estipuladas em contrapartida da concessão, tais como: implantação de equipamentos urbanos no município de Seropédica, recuperação do lixão de Itaguaí e Seropédica, recuperação de vias de Seropédica e Itaguaí, aquisição de área de reserva legal e doação ao Estado do Rio de Janeiro, implantação de biblioteca com centro de informática para o município de Seropédica, e implantação de praça ambientalmente sustentável na região. Os gastos relacionados foram contabilizados como custo da concessão e licença.

A amortização desse ativo intangível corresponde ao prazo do contrato de prestação de serviços com a Comlurb a uma taxa de 4% a.a.

b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

A amortização desse ativo intangível corresponde a uma taxa de 20% a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor de mercado justo de um ativo similar menos os custos de venda e o seu valor em uso.

O valor em uso do ativo testado, é definido pelo fluxo de caixa a ser gerado, estimado até o final da vida útil do ativo.

A Administração revisa periodicamente o potencial de geração de lucro dos seus ativos com o propósito de determinar e medir a eventual necessidade de redução para seu valor de recuperação.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos de valor em uso.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período de vigência do contrato com a Comlurb.

A Administração entendeu não haver indícios de perda de recuperação dos ativos na data base de 31 de dezembro de 2024.

3.8. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra cujo exercício pela Companhia é razoavelmente certo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção da Companhia de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e é reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.9. Provisões

3.9.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

3.9.2 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9.3 Provisão para encerramento do aterro sanitário – Remediação ambiental

A provisão para custos de encerramento do aterro sanitário teve sua origem na construção do aterro sanitário, considerando a obrigação de remediação ambiental, e monitoramento ambiental por um período de 25 anos após seu encerramento. Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a valor presente. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

3.10. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida à medida que os serviços são realizados ou os produtos são entregues.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prestação de serviços

A Companhia realiza a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e industriais de grandes geradores da cidade do Rio de Janeiro e de outras prefeituras.

O reconhecimento da receita é realizado no momento da prestação de serviço e faturado no mês imediatamente posterior, em conformidade com os contratos de prestação de serviço.

Comercialização de biogás

A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica. Por meio destes processos bioquímicos é produzido o biogás.

O reconhecimento da receita é de acordo com a medição mensal do biogás transferido para o comprador, em conformidade com o contrato de comercialização do biogás. A Companhia mantém contrato de comercialização de biogás somente com o cliente Gás Verde S.A.

Crédito de carbono

A Companhia possui um sistema digital eficaz que registra os dados da quantidade de gás captado e queimado em determinado período. Após apuração da quantidade, a Companhia calcula os créditos gerados com base na metodologia da United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) aplicável ao projeto, e posteriormente apura o valor mensal da receita.

As receitas são reconhecidas apenas quando da efetivação da venda. O processo de auditoria e validação dos créditos gerados para emissão das Reduções Certificadas de Emissões (“RCE”) é efetuado por empresa credenciada pela UNFCCC. A validação da receita oriunda do crédito de carbono ocorre após o recebimento do “Certificado RCE”, emitido pelo agente verificador da UNFCCC.

Venda de energia

A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica. Por meio destes processos bioquímicos, o biogás e uma fração deste, é utilizado como combustível para alimentar geradores para a produção de energia elétrica. A energia produzida é consumida no próprio empreendimento e o excedente da energia vendido no Ambiente de Comercialização Livre (ACL).

O reconhecimento da receita é realizado no momento da medição mensal e a emissão da nota fiscal ocorre na primeira semana do mês subsequente a medição em conformidade com o contrato de comercialização de energia elétrica incentivada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um ativo financeiro, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

3.11. Impostos e contribuições**3.11.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados, quando aplicável, com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável.

3.11.2 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, apresentados no ativo não circulante e são calculados com base em alíquotas estabelecidas nos termos da legislação vigente. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro, ou por outras formas de realização legal.

3.11.3 Imposto sobre vendas

As receitas de prestação de produtos e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS), alíquota de 1,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), alíquota de 7,6%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), alíquota média de 13%.
Incide somente sobre as vendas de biogás;
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), alíquota de 5%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se realizá-lo ou pretende-se vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras;
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições para sua troca ou o valor seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras.
- Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
 - Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
 - É mantido principalmente para negociação;
 - Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após a data das demonstrações financeiras; ou
 - Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base das demonstrações financeiras.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.13. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida de acordo com o método da taxa efetiva de juros na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (aquele que demanda um período substancial para ficar pronto para o uso ou venda pretendidos) são capitalizados como parte do custo do ativo quando há probabilidade de que resultem em benefícios econômicos futuros para a entidade e quando tais custos podem ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

3.15. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial, mensuração subsequente e gerenciamento de riscos

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor Justo contra Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

(ii) Passivos financeiros**a) Classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado de acordo com o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

b) Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção da sua exposição à variação de índices e taxas de juros decorrentes das debêntures, com o objetivo de não ficar exposta à variação do valor justo deste instrumento financeiro. Adicionalmente a Ciclus optou pela contabilidade de hedge de valor justo, evitando assim o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos.

No início das relações de hedge designadas, a Ciclus documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedge de valor justo

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de valor justo, as variações do seu valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, assim como essas variações também são contabilizadas no item protegido em contrapartida ao resultado do exercício.

Monitoramento de efetividade

A efetividade da relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge é avaliada na data da designação considerando os aspectos qualitativos dos instrumentos, e quantitativos quando necessário.

Geralmente a Companhia contrata instrumentos derivativos de hedge com valores de principal, bem como quantidades iguais aos do objeto de hedge, gerando assim os índices de hedge na relação de 1:1.

É utilizado um método que captura as características relevantes da relação de proteção, que inclui as fontes de inefetividade de hedge. Dependendo desses fatores, o método de avaliação é qualitativo ou quantitativo.

Desta forma, para manter níveis básicos de monitoramento, são observados:

- O termo de designação evidenciado o índice de relação de proteção entre o(s) item(s) objeto e o(s) instrumento(s) de hedge respectivo(s);
- O termo de designação descrevendo o método a ser utilizado para medir a relação de proteção prospectivamente
- Mensalmente são mensurados os itens protegidos e os itens de hedge para contabilização;
- Trimestralmente, é avaliado se há inefetividade a ser reportada e reconhecida.

3.16. Instrumento financeiro por categoria

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. A Companhia utiliza a abordagem de mercado para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia aplica o CPC 46 / IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (Nível 1) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (Nível 3) inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia e os respectivos métodos de mensuração.

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa	-	18.433	-	1.142
Títulos e valores mobiliários	32.978	-	27.179	-
Contas a receber de clientes	-	304.143	-	415.493
Depósitos judiciais	-	943	-	554
Instrumentos finan. derivativos (<i>swap</i>)	-	-	26.940	-
	32.978	323.519	54.119	417.189

Passivos, conforme balanço patrimonial	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Fornecedores e outras contas a pagar	-	69.103	-	37.066
Empréstimos e financiamentos	-	254.172	-	339.114
Debêntures (*)	-	559.022	-	597.419
Instrumentos finan. derivativos (<i>swap</i>)	18.113	-	-	-
Passivo de arrendamento	-	12.298	-	10.226
Contas a pagar (partes relacionadas)	-	15.180	-	10.635
	18.113	909.775	-	994.460

Os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentados no quadro acima estão mensurados ao nível 2.

(*) Custo amortizado de R\$ 639.630 (R\$ 603.445 em 2023) ajustado pela variação do valor justo do hedge de valor justo no montante de R\$ 80.608 (R\$ 6.026 em 2023).

3.17. Gerenciamento de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

A Companhia tem uma política de gerenciamento de riscos, através de acompanhamento e gestão financeira do caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, dívidas e demais instrumentos financeiros, disponibilizando análises e orientações para aprovação da

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração. Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa operacional e não de ganhos no mercado financeiro.

Os resultados obtidos pela aplicação dos controles internos para o gerenciamento dos riscos foram satisfatórios para os objetivos propostos.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: taxa de juros, cambial e de preço que pode ser de commodities, entre outros. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Os instrumentos financeiros da Companhia afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e financiamentos. Tais instrumentos estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros e de variação cambial.

(i) Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como a obrigações com empréstimos e financiamentos, sujeitas a taxas de juros.

(ii) Risco de variação de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em reais, mas também em dólares norte-americanos (“dólares”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, além de ter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários e capacidade para tomar recursos a fim de garantir sua liquidez e continuidade operacional.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, que concentra a parte substancial dos riscos relacionados à liquidez:

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	31/12/2024		
			Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	69.103	69.103	15.981	53.122	-
Empréstimos e financiamentos	254.172	308.529	38.213	270.316	-
Debêntures	577.135	1.092.522	42.083	43.969	1.006.470
Passivo de arrendamento	12.298	18.866	3.181	2.981	12.704
Contas a pagar (partes relacionadas)	15.180	15.180	15.180	-	-
Total	927.888	1.504.200	114.638	370.388	1.019.174

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	31/12/2023		
			Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	37.066	37.066	35.041	2.025	-
Empréstimos e financiamentos	339.114	380.365	53.869	326.496	-
Debêntures	570.479	898.724	39.934	42.205	816.585
Passivo de arrendamento	10.226	17.211	1.762	1.573	13.876
Contas a pagar (partes relacionadas)	10.635	10.635	10.635	-	-
Total	967.520	1.344.001	141.241	372.299	830.461

d) Gestão de capital

A dívida líquida é acompanhada e corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo circulante e não circulante, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e financiamentos	254.172	339.114
Debêntures	577.135	570.479
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(18.433)	(1.142)
Menos: títulos e valores mobiliários	(32.978)	(27.179)
Dívida líquida	779.896	881.272
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes despesa/receita financeira e impostos (EBIT)	128.290	79.938
Depreciação	29.593	30.493
EBTIDA	157.883	110.431
Indicadores de Alavancagem	31/12/2024	31/12/2023
Dívida líquida/EBITDA	4,94	7,98

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia adotou a análise de sensibilidade de acordo com as políticas e julgamentos em linha com as práticas de sua controladora Simpar S.A, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis:

- CDI em 15,41 % a.a. com base na curva futura de juros (fonte: B3).
- TLP de 6,66 % a.a. (fonte: BNDES).
- IPCA 6,44 % a.a. (fonte: B3).
- IGP-M de 7,5 % a.a. (fonte: B3).
- SELIC de 15,41 % a.a. (fonte: B3).
- Taxa do Euro de R\$ 7,14 (fonte: B3).
- Taxa do Dólar norte-americano (“Dólar”) de R\$ 6,72 (fonte: B3).

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição 31/12/2024	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + apreciação de 25%	Cenário III + apreciação de 50%
Risco de taxa de juros						
CDB – Santander	18.093	Aumento do CDI	11,21%	2.027	2.534	3.041
FI – Bradesco	32.978	Aumento do CDI	11,75%	3.876	4.845	5.814
Efeito líquido da exposição	51.071			5.903	7.379	8.855

Operação	Exposição 31/12/2024	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Risco de taxa de juros						
Swap						
Swap	539.169	Aumento do IPCA	6,44%	34.722	43.403	52.084
Debêntures (objeto)	(539.169)	Aumento do IPCA	6,44%	(34.722)	(43.403)	(52.084)
Swap ponta passiva	(476.674)	Aumento do CDI	18,48%	(88.110)	(110.137)	(132.165)
Efeito líquido da exposição	(476.674)			(88.110)	(110.137)	(132.165)

(*) Como forma de gestão de taxa de juros, a Companhia adotou o *hedge accounting*. Para tanto contratou instrumento derivativo (swap), conforme descrito na Nota 15.5.

Operação	Exposição 31/12/2024	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Risco de taxa de juros						
Demais operações - Pós-fixadas						
Notas Comerciais	(254.172)	Aumento do CDI	15,41%	(39.168)	(48.960)	(58.752)
Debêntures	(662.938)	Aumento do IPCA	6,44%	(42.693)	(53.367)	(64.040)
Efeito líquido da exposição	(917.110)			(81.861)	(102.327)	(122.792)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores, no momento da sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

3.18. Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Receitas de contratos com clientes: se a receita de prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico - nota explicativa 21;

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que têm risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos na data de 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda – nota explicativa 6.3;

b) Depreciação das Células: estimativa de consumo da capacidade total do aterro e base de custo a ser depreciado – nota explicativa 10;

c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10;

d) Provisão para custos de desmontagem e encerramento do aterro sanitário: os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parte do custo do correspondente ativo. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. – nota explicativa 14;

e) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 19; e

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 18.2.

3.19. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Administração entende que a Companhia opera em um único segmento operacional, que é o de gestão e valorização de resíduos e saneamento. Entre os principais serviços oferecidos estão: transbordo, destinação final dos resíduos urbanos e industriais, venda do biogás e comercialização do crédito de carbono. Todos estes serviços fornecidos estão dentro do segmento de gestão e valorização de resíduos.

A Administração de todas as operações é realizada de forma centralizada. A alta administração avalia e monitora o desempenho de todas as atividades da Companhia de forma conjunta, sem segmentação específica. A estrutura organizacional da Companhia não se divide em segmentos distintos para fins de análise e gestão, dado que todas as funções e decisões operacionais são coordenadas centralmente.

4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência dos clientes:

	31/12/2024	31/12/2023
Cientes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	280.096	405.856
Grupo 2	24.047	9.637
	304.143	415.493
Conta - corrente e aplicações financeiras		
AAA	51.411	28.321
	355.554	443.814

- Grupo 1: São as prefeituras municipais de Itaguaí, Rio de Janeiro (Comlurb), Mangaratiba, Barra do Pirai e Miguel Pereira. Os preços praticados são previstos em contrato e o risco de inadimplência é monitorado de maneira individualizada;

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Grupo 2: São as empresas privadas para as quais a Companhia tem contrato para o recebimento e tratamento de resíduos; comercialização de gás bioquímico e energia. Dado o pequeno volume de transações, o monitoramento do risco de crédito é realizado de maneira individual.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	340	336
Aplicações financeiras (a)	18.093	806
	18.433	1.142

- (a) A variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa está apresentada nas demonstrações de fluxo de caixa. As aplicações financeiras são operações compromissadas, com vencimentos originais entre 30 e 90 dias, com as instituições Santander, Caixa Econômica Federal e Bradesco.

5.2. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento (a) – circulante	32.978	18.946
Aplicações financeiras (b) – não circulante	-	8.233
	32.978	27.179

- (a) O saldo refere-se substancialmente a cotas em fundos de investimento exclusivos do Grupo Simpar (acionista controlador final) com alta liquidez e opção de resgate antecipado sem penalidades. Os fundos buscam obter rentabilidade que acompanhe as variações das taxas de juros de títulos do tesouro (“LFTs”).
- (b) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha por meio de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas (títulos emitidos com o compromisso de recompra por parte do banco, e de revenda pelo cliente). As aplicações possuem um rendimento médio em torno de 100% do CDI. O montante de R\$ 8.233 em 31 de dezembro de 2023 era de uso restrito, destinado à garantia dos financiamentos da Caixa Econômica Federal, descritos na nota 15.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Comlurb faturado	-	51.739
Comlurb a faturar	278.831	352.993
Total Comlurb	278.831	404.732
Demais Clientes faturado	21.005	12.758
Demais Clientes a faturar	8.392	6.365
Total Demais Clientes	29.397	19.123
(-) Perdas esperadas de contas a receber	(8.362)	(8.362)
Precatório	4.277	-
Total Contas a Receber	304.143	415.493

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 21 de dezembro de 2023, foi assinado o termo aditivo nº 74/2023, o qual estabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão nº 318/2003, por meio da revisão dos valores da contraprestação mensal para R\$ 36.299, o parcelamento do saldo do contas a receber líquido no montante de R\$ 290.320 em 51 parcelas de R\$ 5.693, acrescido de juros de 1% a.m, capitalizados anualmente, e da prorrogação do contrato de concessão até 18 de abril de 2036.

Os valores contratuais passam a ser reajustados anualmente, tendo como referência a data base de dezembro de 2023, compreendendo a variação anual dos índices entre os meses de dezembro a dezembro de cada período, a ser aplicada a partir de janeiro do ano subsequente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$44\% * [(25\% * \text{IPCA-E}) + (25\% * \text{IPA-M FGV}) + (15\% * \text{IGPM}) + (35\% * \text{Diesel ANP})] \\ + 56\% * [(30\% * \text{IPCA - e}) + (20\% * \text{IPA M}) + (50\% * \text{INCC})]$$

Segue a composição do saldo do contas a receber com a Comlurb:

Reequilíbrio 2021 a faturar (a)	25.875
Reequilíbrio 2022 a faturar (a)	87.848
Reequilíbrio 2023 a faturar (a)	93.317
Juros (a)	35.493
Acordo Comlurb 74/2023 (a)	242.533
Receitas a faturar dezembro/2024 (b)	36.298
Contas a receber Comlurb	278.831

- a) O saldo de R\$ 242.533, refere-se a 40 parcelas do reequilíbrio de 2021 até 2023, conforme acordo 74/2023. Até dezembro de 2024 foram recebidas pela companhia 11 parcelas do acordo celebrado.
- b) O saldo de R\$ 36.298 das receitas a faturar refere-se ao faturamento de dezembro de 2024 e foi integralmente liquidado nos dias 19 e 21 de fevereiro. Durante o ano de 2024 a Comlurb efetuou a liquidação integral das faturas que estavam pendentes de recebimento por questões orçamentárias.

Segue abaixo o quadro demonstrando os valores a receber por ano:

2025 – Comlurb	112.124
2025 – Demais Clientes	21.034
Circulante	133.158
Precatório	4.277
2026 – Comlurb	75.627
2027 – Comlurb	68.311
2028 – Comlurb	22.770
Não Circulante	170.985

6.1 Classificação por vencimento (“aging list”), líquido de recebíveis a faturar

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O *aging list* é formado pelos montantes já faturados de demais clientes em 31 de dezembro de 2024, classificados por vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	11.947	3.830
Vencidas:		
Em até 3 meses	591	545
Entre 3 e 6 meses	103	12
Entre 6 e 12 meses	2	10
Após 12 meses (a)	8.362	60.100
	21.005	64.497

(a) Para o saldo vencido há mais de 12 meses, foi registrada a perda esperada na sua totalidade, conforme demonstrado na nota 6.2.

6.2 Perdas esperadas de contas a receber

A provisão é baseada nos títulos vencidos a mais de 12 meses os quais a Companhia entende que serão necessárias medidas de cobranças administrativa e judiciais para o seu recebimento. Anualmente a Companhia analisa com base em informações específicas de cada cliente e percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, como capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros itens que são monitorados.

A movimentação das perdas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 encontra-se demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo anterior	(8.362)	(8.349)
(-) Constituição de perda esperada de contas a receber	-	(13)
Em 31 de dezembro	(8.362)	(8.362)

6.3 Precatório Município de Duque de Caxias

Em 25 de outubro de 2024, foi expedido o precatório nº 2024.14069-0 em favor da Ciclus, no valor de R\$ 4.277, relacionado à Ação de Execução movida contra o Município de Duque de Caxias em 2015. A referida ação tinha por objeto o pagamento de R\$ 1.028, valores não quitados no âmbito do Contrato nº 29/2012. Após o trânsito em julgado do acórdão em 11 de maio de 2018 e a não oposição de embargos pelo município em 28 de dezembro de 2018, a sentença foi proferida em 20 de maio de 2020, extinguindo a execução e determinando a expedição do precatório. O processo de liquidação dos valores foi complexo, com os cálculos da Contadoria Judicial finalizados em 10 de julho de 2023 e homologados pelo juízo em 27 de outubro de 2023. Após ajustes nas prévias do precatório, este foi finalmente expedido somente em 25 de outubro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Crédito de carbono

A operação de disposição final de resíduos em aterro sanitário envolve processos bioquímicos de decomposição da matéria orgânica, resultando na produção de chorume e biogás, que apresenta em sua composição de 50% a 60% de gás metano, produto com alto poder calorífico e que pode ser utilizado como combustível para a produção e energia elétrica ou térmica.

A Companhia, por meio de sua unidade de tratamento de resíduos (CTR-Rio), registrou na *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) o projeto de redução de emissões de gases de efeito estufa. O objetivo do projeto é reduzir a emissão do gás metano produzido no aterro, gerando créditos de carbono. Os créditos gerados são comercializados no mercado.

As receitas são reconhecidas apenas quando da efetivação da venda. O processo de auditoria e validação dos créditos gerados para emissão das Reduções Certificadas de Emissões (RCE) é efetuado por empresa credenciada pela UNFCCC. A validação da receita oriunda do crédito de carbono ocorre após o recebimento do Certificado RCE, emitido pelo agente verificador da UNFCCC.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 1.589.907 RCEs, certificados e homologados disponíveis para venda, referentes aos créditos de carbono gerados nos exercícios de 2018 até outubro de 2019, mas emitidos somente durante o primeiro semestre de 2021. A Companhia possui ainda um saldo líquido de 33.280 RCEs referente ao exercício de 2017. Os créditos de carbono gerados no período de 05 de outubro de 2019 até dezembro de 2020 estão em processo de auditoria e os créditos de 2021 a 2024 ainda serão submetidos a auditoria em 2025. Nos meses de junho, julho e dezembro de 2024 houve a venda de 40.780 RCEs referente aos exercícios de 2018 até outubro de 2019, totalizando um valor de R\$ 716. O estoque líquido de créditos não certificados de 05 de outubro de 2019 até dezembro de 2024 é de 1.939.527 RCEs.

	RCEs certificados	RCEs não certificados
Exercício 2017	33.280	-
Exercícios de 2018 até outubro de 2019	1.630.687	-
Vendas de 2024 (certificados de 2018 a outubro de 2019)	(40.780)	-
De 05 de outubro 2019 a dezembro de 2024	-	1.939.527
Total em estoque de RCEs	3.562.714	

8. Estoques

Os estoques mantidos pela Companhia se referem substancialmente a saibro, mantas, geomembrana, geocomposto bentonítico e outros itens para manutenção das estações de tratamento de chorume, e da operação do aterro.

	31/12/2024	31/12/2023
Estoques	19.897	17.030
	19.897	17.030

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, parte desse estoque no valor de R\$ 16.742 (R\$ 13.487 em 31 de dezembro de 2023) se referia a saibro para utilização nas células do aterro. O aumento do saldo dos estoques deve-se ao maior volume de saibro estocado na área do CTR.

9. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS a recuperar	1.386	2.138
ICMS a recuperar	2.497	3.504
INSS a recuperar	1.018	1.019
ISS a recuperar	637	1.846
IRPJ e CSLL a recuperar	4.943	20.060
	10.481	28.567
Circulante	8.285	25.096
Não Circulante	2.196	3.471
	10.481	28.567

No caso de IRPJ e CSLL, os saldos serão compensados com tributos e contribuições federais.

Os saldos serão compensados com os valores de tributos a serem pagos, de modo a serem consumidos conforme estimativa abaixo:

	Em até 3 meses	Em até 12 meses	Em até 36 meses	Total
PIS e COFINS a recuperar	172	515	699	1.386
ICMS a recuperar	250	750	1.497	2.497
INSS a recuperar	382	636	-	1.018
ISS a recuperar	453	184	-	637
IRPJ e CSLL a recuperar	-	4.943	-	4.943
Total	1.257	7.028	2.196	10.481

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	Células (i)	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Edificações	Veículos	Moveis e Utensílios	Equipamento de Informática	Instalações	Provisão para desmontagem (Nota 14)	Imobilizações andamento (ii)	Adiantamento a fornecedor (iii)	Direito de uso	Total
Custo:													
Em 31 de dezembro de 2023	533.337	63.880	52.711	15.696	436	1.312	1.836	1.749	1.455	156.515	10.765	18.569	858.261
Aquisições	11.430	6.463	-	-	-	222	2.131	-	-	65.370	136	2.976	88.728
Transferências	39.776	517	5.085	53.498	-	-	-	-	-	(98.769)	(107)	-	-
Baixas	-	(25)	-	-	-	-	-	-	(1.455)	-	(286)	-	(1.766)
Em 31 de dezembro de 2024	584.543	70.835	57.796	69.194	436	1.534	3.967	1.749	-	123.116	10.508	21.545	945.223
Depreciação acumulada:													
Em 31 de dezembro de 2023	(195.753)	(25.154)	(40.108)	(4.736)	(436)	(754)	(1.603)	(1.532)	(1)	-	-	(8.432)	(278.509)
Depreciação no exercício	(20.825)	(5.237)	(1.394)	(817)	-	(95)	(402)	(150)	1	-	-	(1.251)	(30.170)
Em 31 de dezembro de 2024	(216.578)	(30.391)	(41.502)	(5.553)	(436)	(849)	(2.005)	(1.682)	-	-	-	(9.683)	(308.679)
Saldo líquido:													
Em 31 de dezembro de 2023	337.584	38.726	12.603	10.960	-	558	233	217	1.454	156.515	10.765	10.137	579.752
Em 31 de dezembro de 2024	367.965	40.444	16.294	63.641	-	685	1.962	67	-	123.116	10.508	11.862	636.544
Taxa média de depreciação (%) - anual:	5,12%	10%	10%	4%	20%	10%	20%	10%	-	-	-	4,67%	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Células	Máquinas e Equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Edificações	Veículos	Moveis e Utensílios	Equipamento de Informática	Instalações	Provisão para desmontagem (Nota 14)	Imobilizações andamento (ii)	Adiantamento a fornecedor (iii)	Direito de uso (i)	Total
Custo:													
Em 31 de dezembro de 2022	483.798	46.593	45.136	15.690	436	1161	1.803	1.749	-	122.455	11.508	10.657	740.986
Aquisições	18.138	2.614	63	9	-	171	33	-	1.455	87.678	-	7.912	101.019
Transferências	31.401	14.673	7.547	(3)	-	-	-	-	-	(53.618)	-	-	-
Baixas	-	-	(35)	-	-	(20)	-	-	-	-	(743)	-	(798)
Em 31 de dezembro de 2023	533.337	63.880	52.711	15.696	436	1.312	1.836	1.749	1.455	156.515	10.765	18.569	858.261
Depreciação acumulada:													
Em 31 de dezembro de 2022	(174.145)	(20.553)	(35.733)	(4.100)	(436)	(674)	(1.519)	(1.354)	-	-	-	(6.462)	(244.976)
Depreciação no exercício	(21.608)	(4.601)	(4.375)	(636)	-	(80)	(84)	(178)	(1)	-	-	(1.970)	(33.533)
Em 31 de dezembro de 2023	(195.753)	(25.154)	(40.108)	(4.736)	(436)	(754)	(1.603)	(1.532)	(1)	-	-	(8.432)	(278.509)
Saldo líquido:													
Em 31 de dezembro de 2022	309.653	26.040	9.403	11.590	-	487	284	395	-	122455	11.508	4.195	496.010
Em 31 de dezembro de 2023	337.584	38.726	12.603	10.960	-	558	233	217	1.454	156.515	10.765	10.137	579.752
Taxa média de depreciação (%) - anual:	5,12%	10%	10%	4%	20%	10%	20%	10%	7,69%	-	-	4,67%	-

(i) As células, unidades do sistema de drenagem do aterro sanitário, são depreciadas por critério baseado em unidade depositada, em que cada tonelada de resíduos depositados reduz o potencial de depósitos futuros do aterro na exata proporção do material depositado (razão de consumo). Consequentemente, também reduz ("consome") proporcionalmente os benefícios econômicos futuros do aterro. A depreciação leva em consideração a relação entre os resíduos sólidos coletados e depositados até o período e a capacidade total de armazenamento de tais resíduos em cada um dos quatro aterros sanitários (AS1, AS2, e AS3 e AS4) inseridos dentro do aterro sanitário localizado no município de Seropédica. Esta razão de consumo é aplicada sobre o valor total do projeto do aterro sanitário, que compreende o valor já registrado no ativo imobilizado e os custos de desenvolvimento futuros, esperados para concluir o projeto. Estes custos futuros são provisionados na medida em que se tornam obrigações presentes para a Companhia. O terreno do aterro sanitário é próprio e está registrado dentro da conta de célula pelo montante de R\$ 24.352. Adicionalmente, ao final do período de exploração do depósito de resíduos, estes continuam a gerar benefícios futuros na forma de geração de biogás, por aproximadamente 30 anos. Assim, ao final do período de exploração do aterro sanitário, o valor residual corresponde a base de ativo da planta de produção de biogás e energia elétrica. Baseado nas estimativas dos benefícios do aterro sanitário, a administração estimou o valor residual de aproximadamente 45%. Em 31 de dezembro de 2024, o AS1 e AS3 estavam em operação.

(ii) A conta imobilizações em andamento está composta por insumos a serem utilizados na célula e gastos efetuados no terreno localizado no município de Seropédica, para a implantação do CTR-Rio, referente a parcela do aterro (AS2) (R\$ 98.000) que não está em operação, os demais valores são obras de benfeitorias que serão concluídas em 2025.

(iii) A Companhia tem adiantamentos a fornecedores de argila utilizada no processo de impermeabilização, necessária para a cobertura sanitária diária dos resíduos do CTR-Rio. Os adiantamentos são baixados e transferidos para o imobilizado em serviço à medida que a argila é entregue pelos fornecedores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

Custo:	Marcas e patentes	Softwares	Licenças de operação (a)	Total
Em 31 de dezembro de 2023	16	624	34.239	34.879
Em 31 de dezembro de 2024	16	624	34.239	34.879
Amortização acumulada:				
Em 31 de dezembro de 2023	-	(624)	(19.001)	(19.625)
Despesa de amortização no exercício	-	-	(1.289)	(1.289)
Em 31 de dezembro de 2024	-	(624)	(20.290)	(20.914)
Saldo líquido:				
Em 31 de dezembro de 2023	16	-	15.238	15.254
Em 31 de dezembro de 2024	16	-	13.949	13.965
Taxa média de amortização (%) - anual:	-	20%	4%	-

Custo:	Marcas e patentes	Softwares	Licenças de operação (a)	Total
Em 31 de dezembro de 2022	16	624	34.182	34.822
Aquisições	-	-	57	57
Em 31 de dezembro de 2023	16	624	34.239	34.879
Amortização acumulada:				
Em 31 de dezembro de 2022	-	(624)	(17.722)	(18.346)
Despesa de amortização no exercício	-	-	(1.279)	(1.279)
Em 31 de dezembro de 2023	-	(624)	(19.001)	(19.625)
Saldo líquido:				
Em 31 de dezembro de 2022	16	-	16.460	16.476
Em 31 de dezembro de 2023	16	-	15.238	15.254
Taxa média de amortização (%) - anual:	-	20%	6,66%	-

(a) Para que a Companhia pudesse implantar e operar o CTR-Rio no município de Seropédica, algumas condicionantes foram estipuladas no contrato de concessão e licença, tais como, implantação de equipamentos urbanos no município de Seropédica, recuperação do lixão de Itaguaí e Seropédica, recuperação de vias de Seropédica e Itaguaí, aquisição de área de reserva legal e doação ao Estado do Rio de Janeiro, implantação de biblioteca com centro de informática para o município de Seropédica, e implantação de praça ambientalmente sustentável na região.

A amortização desse ativo intangível corresponde ao prazo do contrato de prestação de serviços a uma taxa de 4% a.a, estão sendo amortizados até 2036.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores (i)	14.409	24.899
Outras contas a pagar (ii)	1.572	10.167
Garantia contratual (iii)	51.122	-
Provisão para remediações (iv)	2.000	2.000
	69.103	37.066
Circulante	15.981	35.041
Não Circulante	53.122	2.025
	69.103	37.066

- (i) O saldo de fornecedores é composto principalmente por serviços e insumos aplicados na operação. A principal variação está relacionada com a redução dos custos da operação ocorridos no exercício de 2024.
- (ii) Em 2023 foi reconhecido os seguintes gastos não recorrentes, aquisição do terreno para implantação do aterro AS4, êxito dos advogados e processos trabalhistas oriundos do acordo com a Comlurb.
- (iii) Em novembro de 2024, a Companhia recebeu da Gás Verde o montante de R\$ 50.000, referente a depósito garantia. Este recurso será controlado pela Ciclus até o término da vigência do contrato, em dezembro de 2050 e será atualizado pela variação acumulada positiva do IGP-M. O depósito garantia poderá ser utilizado em caso de inadimplemento pela compradora. Ao final do contrato desde que a compradora não esteja em mora com relação ao cumprimento de todas as suas obrigações, o saldo do depósito garantia será devolvido para a compradora, atualizado pela variação acumulada positiva do IGPM.
- (iv) O montante R\$ 2.000 refere-se a condicionantes atreladas à LI Nº IN 048547, para recuperação do vazadouro do município de Itaguaí sem previsão de conclusão. Este valor não tem sofrido atualizações por se tratar de uma verba ainda com poucos detalhes que possibilitem uma melhor estimativa.

13. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (a)	20.201	26.602
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (a)	14.110	17.627
Programa de Integração Social (PIS) (a)	4.377	5.775
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.556	1.081
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	933	829
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	301	298
Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ / CSLL)	239	664
Outros	197	195
	41.914	53.071
Circulante	21.780	25.239
Não Circulante	20.134	27.832
	41.914	53.071
	31/12/2024	31/12/2023
Correntes	6.479	4.313
Diferidos	35.435	48.758
	41.914	53.071

- (a) O saldo destes tributos refere-se principalmente aos reconhecidos sobre as receitas a faturar, que serão recolhidos quando da emissão e recebimento das contas a receber a faturar, ou seja, os impostos reconhecidos estão dentro do vencimento.

	31/12/2024	31/12/2023
Correntes	6.479	4.313
Diferidos	35.435	48.758
	41.914	53.071

14. Aterro sanitário – custo de encerramento

Uma parte significativa dos custos operacionais e investimentos de capital podem ser caracterizados como custos de proteção e reparação ambiental. A natureza das operações da Companhia, especialmente no que diz respeito à construção, operação e manutenção do aterro sanitário, está sujeita a uma série de leis e regulamentos relativos à proteção ao meio ambiente. De acordo com as leis e regulamentos atuais, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos ambientais em decorrência da operação do aterro sanitário. Além da atividade de remediação exigida pelas autoridades ambientais.

A determinação do método e do custo final de remediação requer várias estimativas e premissas que afetam os montantes registrados, bem como os respectivos aspectos de divulgação. Deve-se levar em consideração que o passivo de reparação ambiental é estimado quando é provável e razoavelmente estimável. Entretanto, essas estimativas e premissas dependem de eventos futuros, como desenvolvimentos tecnológicos, regulatórios, de fiscalizações e custos futuros.

A provisão para remediação ambiental é objeto de revisão contínua, à luz de fatos e circunstâncias internos e externos relevantes, podendo resultar em revisões tanto para incrementar como para reduzir o valor registrado no balanço patrimonial.

A performance do ativo na produção de biogás tem demonstrado um crescimento contínuo, que aliado aos investimentos para melhorar e ampliar a captação e sua viabilidade econômica, além dos novos investimentos para geração de energia elétrica, geraram uma nova estimativa de disponibilidade e aproveitamento de biogás ao longo dos anos, e em 31 de dezembro de 2024 foi revisado o fluxo de caixa descontado dos custos de encerramento.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia acumulou passivo de remediação ambiental registrado no balanço patrimonial de R\$ 9.027 (R\$ 12.321 em dezembro de 2023).

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos referentes ao encerramento do aterro sanitário deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para desmontagem e encerramento do aterro sanitário é considerado o custo total estimado para a desmontagem e o encerramento e o cronograma de desembolsos é descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para descomissionamento.

A provisão foi estimada a preços constantes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto real média de 7,51% a.a para dezembro de 2024 (5,62% a.a para 2023), formada pelo *spread* da NTN-B Principal na data de 31 de dezembro de 2024, com *maturity* mais próxima da data de término da atividade.

Obrigações contratuais para reparos futuros ou manutenções.

Movimentação das provisões para custos de desmontagem:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	12.321	9.693
Reversão (Nota 24) (i)	(2.708)	(33)
Ajuste de provisão (Nota 10)	(1.455)	1.455
Juros de desmontagem (Nota 24)	869	1.206
Saldo final	9.027	12.321

A variação observada acima é decorrente da taxa de desconto da provisão para custos de desmontagem, tendo como contrapartida a baixa na conta de provisão para desmontagem no imobilizado (Nota 10). Porém, quando a variação da taxa de desconto é superior ao saldo registrado no imobilizado a mesma é revertida contra resultado (Nota 24).

15. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Capital de giro (i)	-	18.349
Debêntures (15.1)	16.009	14.399
Nota comercial (ii)	4.172	10.765
	20.181	43.513
Não circulante		
Debêntures (15.1)	543.013	583.020
Nota comercial (ii)	250.000	310.000
	793.013	893.020
	813.194	936.533

(i) Caixa Econômica Federal - CEF

As condições contratuais dessas operações são demonstradas a seguir:

Instituição	Moeda	Linha de crédito aprovada	Data de aporte	Prazo de vencimento	Juros Anuais
CEF – BIRD (*)	US\$	68.897	25/09/2013	12,5 anos	LIBOR + 2,90%

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de julho de 2023 as taxas de referência para empréstimos com spread fixo foram alteradas de LIBOR para SOFR. A Companhia em 18 de janeiro de 2024 efetuou a liquidação antecipada do empréstimo BIRD junto à Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 20.184.

(ii) Notas Comerciais

As condições contratuais dessas operações estão demonstradas a seguir:

Coordenador	Moeda	Linha de crédito aprovada	Saldo em 31/12/2024	Data de aporte	Prazo de vencimento	Juros Anuais
Laqus	R\$	290.000	254.172	29/05/2024	25 meses	CDI + 3,5%
Laqus	R\$	40.000	-	12/01/2024	8 meses	13,5%
Laqus	R\$	18.000	-	27/02/2024	8 meses	13,5%

Em 25 de março de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a realização da 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, da emitente, composta por 31 notas comerciais escriturais com valor nominal de R\$ 10.000 perfazendo um valor total de R\$ 310.000, com vencimento em março de 2025 e juros remuneratórios de CDI + 2,82%. Para essa operação, não há nenhum ativo dado em garantia ou cláusula de covenants. Em maio de 2024 ocorreu a liquidação parcial das notas comerciais no montante de R\$ 20.000 e a renovação do contrato com alteração do vencimento e dos juros remuneratórios. Em novembro de 2024 ocorreu novamente uma liquidação parcial no montante de R\$ 40.000.

No dia 12 de janeiro de 2024 a Companhia efetuou a 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 40.000, sendo totalmente liquidada em abril de 2024.

No dia 27 de fevereiro de 2024 a Companhia efetuou a 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 18.000, sendo totalmente liquidada em abril de 2024.

Abaixo a movimentação dos saldos:

	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.018.086
Provisão de juros e atualização	120.153
Hedge do valor justo	33.831
Variações cambiais	(1.214)
Custo com transação a apropriar	3.825
Pagamento de principal	(127.907)
Pagamento de juros	(110.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	936.533
Liberações	58.000
Provisão de juros e atualização	100.595
Hedge do valor justo	(74.581)
Variações cambiais e monetárias	16.977
Custo com transação a apropriar	3.814
Pagamento de principal	(136.228)
Pagamento de juros	(91.916)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	813.194

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.1 Debêntures Incentivadas (Lei 12.431/11)

Os valores das debêntures incentivadas são para aplicação nos investimentos da Companhia, conta com o Aval da Simpar S/A. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia cumpriu todas as cláusulas de compromissos e a manutenção dos índices financeiros. As condições contratuais dessas operações estão demonstradas a seguir:

	Valores e taxas									
	1ª Série		2ª Série		Emissão		Datas			
	Valores	Taxa de Juros Efetiva	Valores	Taxa de Juros Efetiva	Total	Emissão	Captação	Vencimento	Espécie	Identificação ativo na CETIP
Ciclus										
1ª Emissão	450.000	IPCA + 6,67%	100.000	IPCA + 6,84%	550.000	22/12/2021	28/12/2021 30/06/2022	15/01/2031 15/07/2031	Quirografárias	CCLS11 / 21

As debêntures incentivadas são de emissão simples, não conversíveis em ações, e de espécie Quirografária. Possuem cláusulas de compromissos e de manutenção de índices financeiros calculados, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Simpar S.A.

	31/12/2024	31/12/2023
1ª Série	448.938	493.541
2ª Série	110.084	103.878
	559.022	597.419

15.2 Garantias contratuais

O contrato de empréstimo firmado com a Caixa Econômica Federal prevê as garantias relacionadas a seguir:

- Aval do Grupo Simpar, representando a totalidade do saldo devedor do financiamento concedido;
- Aplicação financeira referente a uma PMT no valor de R\$ 8.233 (nota 5.2).

15.3 Cláusula restritiva (covenants financeiros)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Simpar cumpriu a meta estipulada contratualmente, além das demais exigências contratuais.

Definição dos índices financeiros da Simpar S.A. para fins de *Covenants*:

“**Dívida Financeira Líquida para fins de covenants**” significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Fiadora, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e saldos a receber de cartões de crédito e (b) os

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*);

EBITDA Adicionado (EBITDA-A) para fins de *covenants*: significa, com base nas demonstrações da fiadora, o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *imparidade* dos ativos, custo líquidos dos veículos avariados e sinistrados e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Fiadora.

“Despesa Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

15.4 Composição do vencimento das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2026	250.000
2031	543.013
	793.013

15.5 Instrumentos financeiros derivativos

Swap de taxas de juros

A Companhia contratou swap de taxa de juros junto ao Banco BTG Pactual S.A. com termos críticos que são similares ao item protegido como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência.

Os valores de referência (notional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2024, correspondem a R\$ 450.000, e o seu valor justo corresponde a R\$ 18.113 (R\$ 26.940 em 31 de dezembro de 2023). O objeto do hedge de valor justo foi a diferença entre a taxa de juros das debêntures (IPCA + 6.67% a.a.) e 119,95% do CDI.

A seguir, resumizamos os termos contratuais:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Data início	Data fim	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Swap	28/12/2021	15/03/2031	IPCA + 6.67% a.a.	119,95% CDI

	Fluxo de caixa esperado				
	Valor contábil	Total	1 – 6 meses	7 – 12 meses	Mais de 1 ano
SWAP					
Ponta ativa	-	1.067.399	17.499	17.432	1.032.469
Ponta passiva	-	(962.067)	(29.314)	(37.116)	(895.638)
	-	121.886	(11.815)	(19.684)	136.831

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Partes relacionadas – contas a receber

O contas a receber de partes relacionadas é decorrente da operação de comercialização do crédito de carbono no mês de dezembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Movida S/A	200	-
	200	-
A vencer	200	-
	200	-

16.2. Partes relacionadas – contas a pagar

A Companhia contrata serviços de logística de sua parte relacionada à JSL S/A, locações de veículos das suas partes relacionadas Movida e Vamos, contrata serviços de consultoria com a parte relacionada Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda. (“Promulti”) e paga a Simpar S.A. as despesas que são rateadas pelo grupo referente a áreas comuns, todos em condições comerciais acordadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos a pagar são os descritos abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
JSL S/A	10.956	9.330
Movida S/A	60	58
SIMPAR S.A (i)	4.109	1.225
Vamos Locações	55	22
	15.180	10.635
A vencer	13.628	9.352
Vencidos	1.552	1.283
	15.180	10.635

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Parte dos empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia são garantidas por meio de aval ou fiança pela Controladora Final Simpar S.A. Por acordo firmado entre as partes em janeiro de 2024, e seguindo política definida pelo Grupo Simpar, esses avais cedidos são remunerados pelas receptoras, em 31 de dezembro de 2024 há um saldo de R\$ 2.597 de cessão das respectivas garantias.

16.3. Remuneração pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e presidente. Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 1.251 (R\$ 741 em dezembro de 2023).

16.4. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

a) Transações com partes relacionadas – resultado operacional

No quadro a seguir apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos e despesas operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 com as seguintes partes relacionadas:

	31/12/2024	31/12/2023
JSL S.A – Custo com transporte do resíduo (i)	(118.477)	(105.355)
Movida S. A. (i)	(793)	(547)
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (ii)	(228)	(276)
Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda. (iii)	-	(640)
Simpar S.A. (iv)	(17.625)	(1.213)
Total	(137.123)	(108.031)

- (i) Contrato de prestação de serviços de transbordo e transporte de resíduos das estações de transferências (ETRS) até o aterro sanitário. O contrato possui faturamento variável, a variação está atrelada ao volume de resíduo transportado em cada período de medição.
- (ii) A Companhia possui contratos de arrendamento com essas partes relacionadas. Os valores apresentados no quadro acima referem-se à amortização do ativo de direito de uso relacionado aos contratos de arrendamento.
- (iii) A Promulti Engenharia Infraestrutura e Meio Ambiente Ltda (“Promulti”) é uma empresa de consultoria especializada no setor de resíduos sólidos, tendo participado de diversos outros projetos do setor no Brasil. Os custos incorridos com a Promulti, apresentados no quadro anterior, referem-se a atividades de consultoria estratégica e assessoramento na comunicação com clientes e órgãos de controle dos municípios em que a Ciclus tem contratos de prestação de serviços.
- (iv) Parte dos empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia são garantidas por meio de aval ou fiança pela Controladora Final Simpar S.A. Por acordo firmado entre as partes em janeiro de 2024, e seguindo política definida pelo Grupo Simpar, esses avais cedidos são remunerados pelas receptoras, por isso, foi cobrado pela Simpar S.A. o montante de R\$ 16.018 de cessão das respectivas garantias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Passivos de arrendamento

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis e equipamentos utilizados nas atividades operacionais das ETRs e do CTR-RIO. A vigência dos contratos de imóveis tem média equivalente a 120 meses (12 anos), enquanto a dos equipamentos é de 60 meses (5 anos). Esses contratos são anualmente corrigidos pelos índices acordados entre as partes (IGPM, entre outros) para que possam refletir seus valores de mercado. Destacamos a seguir a movimentação dos ativos de direito de uso:

Custo:	Direito de uso
Em 31 de dezembro de 2023	18.569
Adições	2.976
Em 31 de dezembro de 2024	21.545
Amortização acumulada:	
Em 31 de dezembro de 2023	(8.432)
Despesa de amortização no exercício	(1.251)
Em 31 de dezembro de 2024	(9.683)
Saldo líquido:	
Em 31 de dezembro de 2023	10.137
Em 31 de dezembro de 2024	11.862

Foram utilizadas as taxas Curva DI x PRÉ para mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro que variam entre 7,24% e 16,03% aa.

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Companhia é a arrendatária são apresentadas a seguir:

Descrição	Valores
Passivo de arrendamento em 31/12/2023	10.226
Adições	2.976
Amortização (principal + juros)	(1.895)
Juros apropriados	991
Passivo de arrendamento em 31/12/2024	12.298
Circulante	1.886
Não circulante	10.412
Total	12.298

Os cronogramas de amortização estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Vencimentos das parcelas	Valor total	%
Total do passivo circulante	Até dezembro/2025	1.886	15,34
	2026	1.964	15,97
	2027	1.122	9,12
	2028	599	4,87
	2029	660	5,37
	2030	728	5,92
	2031	802	6,52
	2032	884	7,19
	2033	974	7,92
	2034	1.074	8,73
	2035	1.184	9,63
	2036	421	3,42
Total do passivo não circulante		10.412	84,66
Total		12.298	100,00

18. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

18.1. Conciliação da despesa/ crédito do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do IRPJ e CSLL	11.361	(41.790)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(3.863)	14.209
Efeito das adições (exclusões) ao lucro contábil		
Provisão para custos de desativação (i)	626	400
Despesas não dedutíveis e outras exclusões permanentes	(305)	414
IRPJ e CSLL apurados	(3.542)	15.022
Corrente	(1.493)	(174)
Diferidos	(2.049)	15.196
IRPJ e CSLL no resultado	(3.542)	15.022
Alíquotas efetivas	-31,18%	-35,95%

(i) A Companhia não constitui IRPJ e CSLL diferidos sobre o custo de desativação.

18.2. Saldos diferidos – ativo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 44.968 referem-se aos créditos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023	Movimentação
Prejuízos fiscais	113.965	115.911	(1.946)
Ajustes temporários			
Provisão para risco de crédito	8.345	8.345	-
Ajuste por desvalorização	1.570	1.570	-
Provisão fornecedores	4.712	12.564	(7.852)
Amortização/depreciação societária (i)	56.607	51.378	5.229
Lucro diferido (ii)	8.679	(19.289)	27.968
Swap (nota 15.5)	(62.495)	(32.966)	(29.529)
Arrendamento	437	89	348
Outras provisões	442	684	(242)
Base para o IRPJ e CSLL diferidos	132.262	138.286	(6.024)
Imposto de renda à alíquota de 25%	33.065	34.572	(1.507)
Contribuição social à alíquota de 9%	11.903	12.445	(542)
	44.968	47.017	(2.049)

(i) O cálculo da amortização de célula é segregado entre societária e fiscal. A base de cálculo da amortização de célula é composta pelos investimentos já realizados nas células que estão em operação, pelos investimentos reconhecidos da célula em andamento e a parcela do CAPEX projetado até o final do projeto. A parcela dos investimentos já em operação é considerada com a amortização fiscal, já a parcela dos investimentos em andamento e CAPEX projetado, são considerados como a amortização societária. À medida que os ativos são realizados o valor da amortização societária é revertida para a fiscal.

(ii) Conforme legislação o contribuinte pode diferir a tributação do lucro até sua realização da parcela não liquidada do contas a receber com pessoa jurídica de direito público, ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária. A Companhia difere o lucro sobre as parcelas a receber da Comlurb e Prefeituras.

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos com base no valor de uso a partir dos fluxos de caixa descontados. O fluxo de caixa foi calculado considerando: o contrato de comercialização de biogás, a estimativa de mercado e o histórico de crescimento da Companhia, índice de inflação, a perspectiva da Administração para custos e despesas administrativas para os próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2024, não houve nenhuma alteração nos fatos e circunstâncias em relação ao teste de recuperabilidade efetuado em 31 de dezembro de 2023 dos saldos dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro diferido. A Companhia concluiu em manter os saldos contabilizados. Esses estudos contaram com o auxílio de especialistas. As expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios e a realização está demonstrada no cronograma abaixo:

	31/12/2024				
	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 5 a 10 anos	Total
Valores totais líquidos	9.333	8.443	8.606	22.635	44.968

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os prejuízos fiscais não prescrevem. Em 31 de dezembro de 2024, estão contabilizados o IRPJ e a CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

19. Provisão para riscos e demandas judiciais

19.1. Perdas prováveis e depósitos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia realiza análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, para aquelas com expectativa de perda provável.

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2024 provisão para contingências decorrentes de litígios cíveis com possibilidade de perda provável no montante de R\$ 442 (R\$ 684 em 2023), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	442	684
Saldo	442	684

Adicionalmente, a Companhia possui depósitos judiciais correlacionados às contingências trabalhistas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais a fim de possibilitar que a Companhia ingresse ou continue com as ações legais. Eles estão classificados no ativo não circulante até a decisão judicial dos resgates destes pelo reclamante, ou pela Companhia em caso de desfecho favorável a ela. Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos judiciais da Companhia totalizavam R\$ 943 (R\$ 554 em 2023).

Trabalhistas

A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais que reclamam indenizações por horas extras, adicional de periculosidade, de insalubridade e acidentes de trabalho.

A Administração acredita que essa provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, e suas movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	239	239
Constituição/(Reversão)	445	445
Saldos em 31 de dezembro de 2023	684	684
Constituição/(Reversão)	(242)	(242)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	442	442

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***19.2. Processos possíveis**

A Companhia tem ações de natureza cível, tributária e trabalhista envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possível para as quais não há provisão para contingências constituídas. O valor de tais contingências em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 14.615 (R\$ 17.626 em 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias		
Receita Federal (a)	3.385	3.385
Sefaz – Rio de Janeiro (b)	978	843
Ministério Público – Itaguaí	129	129
Cíveis (c) (d) e (e)	2.421	9.914
Trabalhistas (f)	7.647	3.355
	14.560	17.626

A Companhia tem processos com probabilidade de perda possível. Os principais são destacados a seguir:

(a) Receita Federal

A Secretaria da Receita Federal emitiu despachos decisórios, não homologando as compensações declaradas via PER/DCOMPs. Foi apresentada manifestação de inconformidade juntamente a RFB.

(b) Sefaz – Rio de Janeiro

Auto de infração de cobrança de multa formal no montante de R\$ 830, por suposta emissão incorreta de nota fiscal de venda. Julgamento da impugnação convertida em diligência. A Companhia protocolou impugnação às autuações.

(c) Ambiental

Ação civil pública ajuizada sob alegação de irregularidades ambientais no licenciamento, instalação e operação da ETR Jacarepaguá. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 661. A Companhia já efetuou manifestação e disponibilização de todos os documentos necessários.

(d) Civil

- Existem dois processos de igual teor em face da Ciclus, 1ª ré, e da Comlurb, 2ª ré. Os autores alegam, em síntese, que a 1ª ré mantém instalação atrás do muro de sua residência, na qual armazena e manipula lixo urbano, gerando alguns incômodos para as partes como, por exemplo: odor, proliferação de insetos e poluição sonora. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 60. Todos os documentos foram entregues e a Companhia está aguardando o julgamento da apelação.

- Processo referente ao Contrato de Empreitada a Preço Global e Garantia de Performance Operacional e Financeira celebrado em 03/08/2018 no valor de R\$ 2.460 e com prazo para conclusão em 01/11/2018 o qual a Tigre ajuizou em face da Ciclus ação de resolução

contratual por Resilição C/C Pedido de Tutela de Urgência para Retomada de Bens. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 738. Em fase instrutória, todos os documentos foram apresentados e a Companhia aguarda manifestação do juiz.

- Processo referente à execução fiscal ajuizada pelo Município de Itaguaí em face da Ciclus a qual a autora pleiteia o pagamento do débito de IPTU dos anos de 2018 e 2019. O débito aqui em questão foi depositado em juízo na Ação de Consignação em Pagamento Proc.0000032- 7.2016.8.19.0077 em decorrência do conflito de competência entre os municípios de Seropédica e Itaguaí. Em 15/06/2021 foi proferida sentença favorável ao Município de Seropédica como sendo o ente tributante competente para apurar e recolher o ISS e o IPTU. Foi expedido mandado de pagamento do valor consignado em favor do Município de Seropédica. A referida ação encontra-se em fase de arquivamento. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 100. A Companhia aguarda manifestação do juiz.

(e) Ação Indenizatória – Dano moral e material

Processo referente ao acidente de trânsito. Tem como réis a Ciclus e a Comlurb, sendo o caminhão de propriedade da JSL a serviço da Ciclus. Esse processo está sendo avaliado pelo montante de R\$ 446 e a Companhia aguarda a manifestação acerca da denúncia a lide interposto pela Ciclus em face da JSL.

(f) Trabalhistas

Existem cerca de 72 (56 em 2023) processos de ex-funcionários e de funcionários de subcontratados para os quais a empresa protocolou impugnação. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, estima que o risco de perda dos processos é possível e, por esse motivo, não registrou qualquer provisão.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 110.000, composto por 60.000.273 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes de forma integral à Ciclus Ambiental S.A. (“Ciclus Ambiental”).

No dia 31 de janeiro de 2024 foram transferidas por cisão parcial da CS Infra S/A para a Ciclus Ambiental S.A, de forma integral as 60.000.273 (sessenta milhões duzentos e setenta e três) ações ordinárias da Companhia.

20.2. Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social. O estatuto da

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais não inferior a 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O lucro líquido, quando existir, após as deduções, reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Companhia julgar necessárias para sua segurança, terão a destinação que for determinada por deliberação dos acionistas.

21. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados	398.930	369.670
Receita de comercialização de biogás/energia	56.694	47.428
Receita de crédito de carbono	650	90
	456.274	417.188

Apresentamos a seguir a conciliação entre as vendas brutas e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Venda de serviços prestados	462.729	428.789
Venda de comercialização de biogás/energia	71.420	59.286
Venda de crédito de carbono	717	100
	534.866	488.175
(-) ISS sobre faturamento	(23.137)	(21.440)
(-) ICMS sobre faturamento	(8.941)	(7.023)
(-) Cofins sobre faturamento	(38.217)	(34.939)
(-) PIS/Pasep sobre faturamento	(8.297)	(7.585)
	456.274	417.188

22. Custo dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Fretes e combustível (i)	(158.087)	(138.767)
Depreciações e amortizações (ii)	(29.507)	(30.416)
Insumos e tratamento externo (iii)	(64.446)	(89.653)
Despesas com pessoal	(22.099)	(20.316)
Consultorias, assessorias, segurança e aluguéis de equipamentos (iv)	(26.490)	(25.209)
Aluguel imobiliário	(3.232)	(2.955)
Manutenção	(1.928)	(2.054)
Peças e acessórios	(1.525)	(1.810)
Impostos, taxas e contribuições	(674)	(658)
Outros	(796)	(684)
	(308.784)	(312.522)

- (i) A variação do custo com fretes e combustível, ocorreu principalmente pelo aumento do preço do diesel e reajuste contratual dos serviços de transbordo e transporte dos resíduos.
- (ii) O saldo de depreciações e amortizações está líquido dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 1.943 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.361 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Os custos com insumos referem-se principalmente aos produtos químicos utilizados no tratamento interno de chorume e a custos com serviços prestados no tratamento externo do

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

chorume. A redução nesta linha refere-se à redução ocorrida em 2023 do volume acumulado nas lagoas internas de chorume.

- (iv) Inclui saldos de aluguéis de geradores, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como direito de uso por terem contratos de curto prazo ou de baixo valor.

23. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Consultorias e assessorias	(11.682)	(15.240)
Despesas com pessoal	(5.547)	(4.799)
Despesas com seguro patrimonial, civil e garantia	(1.330)	(981)
Impostos, taxas e contribuições	(1.972)	(500)
Comunicação e remessas	(49)	(29)
Aluguel e manutenção	(207)	(245)
Despesas com viagens	(126)	(160)
Depreciações e amortizações	(86)	(77)
Perda em operação de crédito	-	(13)
Provisão de processos (i)	-	(2.134)
Despesas com incentivo	-	(16)
Outras	(954)	(1.934)
	(21.953)	(26.128)

- (i) Provisão efetuada em 31 de dezembro de 2023 referente a processos trabalhistas movidos por funcionários de empresa terceirizada, na qual a Ciclus e Comlurb foram envolvidas como responsáveis solidários. O valor pago pela Comlurb foi reembolsado pela Companhia conforme acordo entre as partes.

24. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	1.087	4.133
Receita de juros (a)	19.697	29.918
Rendimentos de aplicações financeiras	2.804	17.214
Reversão ARO (Nota 14) e (Nota 10)	2.708	33
Reversão amortização ARO	51	-
Descontos obtidos	5	1
	26.352	51.299
Despesas financeiras		
Juros pagos ou provisionados	(5.247)	(4.507)
Variação cambial passiva	(282)	(3.245)
Despesa com desconto (a)	-	(29.646)
Juros de arrendamento	(991)	(165)
Juros de nota comercial (Nota 15)	(42.753)	(48.382)
Juros de desmontagem (Nota 14)	(869)	(1.206)
Juros, variação monetária e custo transação debêntures (Nota 15)	(76.742)	(71.522)
Despesas com aval debêntures (b)	(16.018)	-
Resultado na apuração do Swap	29.529	26.347
Juros SWAP realizado	(28.130)	(39.631)
Outras	(1.778)	(1.070)
	(143.281)	(173.027)
Resultado financeiro	(116.929)	(121.728)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em dezembro de 2024 foram reconhecidos juros no montante de R\$ 16.204 (R\$ 23.028 em dezembro de 2023), e concedido desconto nas contraprestações do reequilíbrio conforme o acordo do reequilíbrio econômico financeiro firmado em dezembro de 2023 com a Comlurb. (Nota 6)
- (b) Parte dos empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia são garantidas por meio de aval ou fiança pela Controladora Final Simpar S.A. Por acordo firmado entre as partes em janeiro de 2024, e seguindo política definida pelo Grupo SIMPAR, esses avais cedidos são remunerados pelas receptoras, por isso, foi cobrado pela Simpar S.A. o montante de R\$ 16.018 de cessão das respectivas garantias.

25. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantém seguro de responsabilidade civil junto à XL Seguros do Brasil S.A. As principais coberturas e prêmios de seguro são:

	Importância assegurada	
	31/12/2024	31/12/2023
Patrimonial	121.324	134.802
Responsabilidade civil	80.784	80.784
Seguro Garantia	107.822	66.929
	309.930	282.515

26. Lucro líquido (prejuízo) por ação

a) Básico e diluído

O Lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível (prejuízo) aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas	7.819	(26.768)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (menos ações em tesouraria)	60.000.273	60.000.273
Resultado básico e diluído por ação R\$	0,13	(0,45)

27. Evento subsequente

27.1. Financiamento BNDES

No dia 12 de fevereiro de 2025, foi firmado contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante a desembolsar de R\$ 125.685, com prazo de pagamento de 14 anos. O crédito aberto é destinado a investimentos financiáveis relativos à implantação de células do aterro sanitário, lagoas de chorume e infraestrutura de cercamento, cinturão verde e redes de macrodrenagem no CTR-RIO.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: EB1364DE-A8DE-4FC0-97B7-B3E75BC58730

Status: Concluído

Assunto: Relatório do auditor e DF Ciclus Dez24

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 70

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Viviane Sperendio Camacho

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

viviane.camacho@pwc.com

Endereço IP: 134.238.160.20

Rastreamento de registros

Status: Original

27 de março de 2025 | 12:21

Portador: Viviane Sperendio Camacho

viviane.camacho@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

27 de março de 2025 | 16:56

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Valter Vieira de Aquino Junior

valter.aquino@pwc.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Assinatura

DocuSigned by:

Valter Vieira de Aquino Junior

6AEC1DF6D53D45A...

Registro de hora e data

Enviado: 27 de março de 2025 | 12:22

Visualizado: 27 de março de 2025 | 16:03

Assinado: 27 de março de 2025 | 16:56

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SyngularID Multipla

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.2

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 26 de novembro de 2021 | 16:55

ID: ce9a99ac-9fcb-4ac8-a0dd-e10e2a84f7ab

Nome da empresa: PwC

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Viviane Sperendio Camacho

viviane.camacho@pwc.com

Manager

PwC Brasil

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 27 de março de 2025 | 16:56

Visualizado: 27 de março de 2025 | 16:56

Assinado: 27 de março de 2025 | 16:56

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	27 de março de 2025 12:22
Entrega certificada	Segurança verificada	27 de março de 2025 16:03
Assinatura concluída	Segurança verificada	27 de março de 2025 16:56
Concluído	Segurança verificada	27 de março de 2025 16:56

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.